

ENTREVISTA COM MARISA MATIAS

“A União Europeia não aprendeu nada com a crise”

Eurodeputada e candidata do Bloco de Esquerda às eleições europeias do próximo mês de maio, Marisa Matias faz um balanço muito crítico das políticas que Bruxelas tem implementado nos últimos anos.



Marisa Matias, cabeça de lista do Bloco de Esquerda ao Parlamento Europeu

As ameaças de Bruxelas quando se formou um governo em Portugal com o apoio da esquerda transformaram-se em elogios às políticas que permitiram ao país sair da austeridade. A Europa que pôs o país às ordens da troika está arrependida?

Não, nem por sombras. A União Europeia não aprendeu nada com a crise. E a prova disso é que não mudou nem uma vírgula aos tratados que dizem que a austeridade é o único caminho das políticas económicas. Portugal foi a exceção nas regras europeias e tudo o que foi conquistado — aumento do salário mínimo, fim dos cortes nas pensões e tanto mais — foi através do confronto com o que está escrito nos tratados.

A União Europeia enfrenta o cenário de saída de um dos principais países que a compõem e ninguém arrisca prognósticos sobre o desenlace do Brexit. Que consequências terá essa saída se não houver acordo entre Londres e Bruxelas?

Neste momento esse cenário está em cima da mesa e a única certeza é de que isso será mau para todas as partes. Naturalmente, há que respeitar a vontade democrática do povo britânico. Rejeito por completo a atitude de alguns eurocratas que estão mais interessados em castigar o povo britânico do que em negociar os termos da saída. Mas para mim é claro que há linhas vermelhas que não podem ser ultrapassadas, como a proteção da igualdade de direitos dos cerca de 3.5 milhões

de trabalhadores europeus no Reino Unido, ou a salvaguarda de que não haverá postos de fronteira entre a Irlanda e a Irlanda do Norte, que poria em risco um acordo de paz pelo qual os irlandeses lutaram e que demorou tantos anos a alcançar.

Para além do Brexit, as próximas eleições europeias podem ficar marcadas pela derrota dos dois grupos parlamentares que têm comandado como um bloco central os destinos da Europa. Como encara essa possibilidade?

Estamos a assistir a uma transformação profunda da política europeia, que tem origem na austeridade imposta por esse bloco central que pode agora implodir. Ela abriu a porta à extrema-direita xenófoba para chegar ao poder em vários países e tentar agora reforçar o seu peso no Parlamento Europeu. Mas se olharmos para o que têm sido as decisões europeias em matéria de migrações e refugiados,

verificamos que são as propostas mais xenófobas que têm vingado. No Partido Popular Europeu, que integra o PSD e o CDS, também tem assento a extrema-direita do sr. Orban que governa a Hungria... O bloco central europeu normalizou a agenda política das forças xenófobas e por isso nunca foi tão urgente enfrentá-lo como agora.

É a defesa da democracia que está em causa na eleição de 26 de maio?

A defesa da democracia e até a do próprio estado de direito, dos direitos mais básicos e fundamentais que julgávamos adquiridos. O que nós dizemos é que defender a democracia hoje significa conquistar espaços de soberania para decidir sobre políticas nacionais e para rejeitar os tratados que são um garrote aplicado aos países periféricos como o nosso. São estes que mais irão sofrer quando vier a próxima crise, porque a União Europeia

voltou a varrer para baixo do tapete o problema das dívidas impagáveis e da regulação do sistema financeiro.

Como é possível que dez anos após a crise financeira nada tenha sido feito para prevenir crises semelhantes?

Fui eleita para o Parlamento Europeu em 2009 e isso fez-me acompanhar de perto as respostas europeias à transformação da crise financeira em crise social. Nestes dez anos, o que mais ouvi em Bruxelas e Estrasburgo foram falsas promessas de quem detém o poder. Estou convencida que não têm o mínimo interesse em mudar o que quer que seja no rumo da construção e integração europeias, que é comandado pelo poder financeiro. Na comissão em que participei foram aprovadas muitas medidas para regular o sistema financeiro e combater a evasão e os paraísos fiscais que existem no interior da União. O resultado prático foi zero. Por isso, o único

caminho é a confrontação com esse poder e essas políticas.

Esse colapso provável do bloco central europeu também abre espaço para o crescimento das forças de esquerda?

Acredito que sim e aliás foi o que vimos em eleições mais recentes, como na Alemanha. Hoje são as forças progressistas que melhor protagonizam o projeto de uma Europa democrática em que a vontade dos povos se sobrepõe à da finança, uma Europa assente na solidariedade e não na xenofobia, que proteja os direitos sociais, que dê o exemplo no combate às alterações climáticas e cujas políticas sejam uma referência de esperança para o resto do mundo.

O que seria um bom resultado para o Bloco nestas eleições europeias?

O objetivo é que o reconhecimento das nossas propostas e do trabalho que fizemos nos últimos anos no Parlamento Europeu se traduza no reforço da votação e da bancada do Bloco, para dar mais força à esquerda no Parlamento Europeu. Nestes tempos sombrios em que a ameaça da desintegração da União paira sobre a Europa, nunca foi tão urgente eleger representantes que enfrentem os poderes instalados que nos trouxeram à crise e lucraram com ela. E hoje o Bloco é a única força da esquerda portuguesa que constrói alianças com movimentos e forças políticas e sociais europeias para desenhar posições comuns e construir caminhos de desobediência ao atual rumo da União Europeia.

SAÚDE PÚBLICA É PARA TODOS

O PRIVADO É PARA ALGUNS



Nova Lei de Bases da Saúde para salvar o SNS

O Serviço Nacional de Saúde está a ser sangrado pelos interesses dos grupos privados. Hoje, quatro em cada dez euros do orçamento do SNS vão para privados, em vez de serem investidos no reforço e na ampliação da capacidade de resposta do SNS. Os milhões saem do SNS para pagar ‘fornecimentos e serviços externos’ e PPP’s. Este é um caminho insustentável. Se não for invertido, é o próprio direito à saúde que está em causa.

Quando ouve falar de tempos de espera muito elevados para consultas, lembre-se que isso resulta da falta de recursos no SNS. E que esses recursos não existem porque estão a ser drenados para o privado. Quando ouve falar da falta de profissionais no SNS, lembre-se que muitos mais profissionais poderiam ser contratados se não se gastasse tanto dinheiro a financiar o setor privado da saúde.

Mas qual é, afinal, a causa desta sangria? É a Lei de Bases da Saúde de 1990, aprovada pelo PSD e pelo CDS, que abriu a saúde ao negócio. Os partidos que em 1979 votaram contra o SNS fizeram em 1990 uma lei para o atacar. É chegado o tempo de aprovar uma nova Lei de Bases que salve o SNS e garanta aos cidadãos e às cidadãs um serviço público e universal de qualidade.

Bloco quer acabar com as propinas no ensino superior



A determinação do Bloco de Esquerda garantiu que o Orçamento do Estado para 2019 reduz o teto máximo das propinas de 1068€ para 856€. Esta medida, que entra já em vigor no ano letivo 2019/2020, representa um corte de 20 por cento no seu valor, dando

voz a todas as gerações de estudantes que não desistiram de lutar contra esta injustiça. Deu-se um passo importante em direção à universalização do acesso ao ensino superior, ao qual é preciso dar continuidade. Para isso, o Bloco propõe que, já no próximo ano, as propinas

sofram pelo menos um novo corte equivalente. Se esse ritmo for prosseguido, torna-se possível acabar com as propinas no espaço de uma legislatura. Toda a gente deve ter o direito a frequentar o ensino superior. Esse é o compromisso do Bloco de Esquerda.

#ESPERANÇA 2019

COMÍCIO DE LANÇAMENTO DA CAMPANHA

6ª f | 22 fev | 21h

Pavilhão Centro de Portugal, Coimbra

com **MARISA MATIAS | CATARINA MARTINS**